



Adroaldo e Bulhões, a favor da desindexação, que Sayad (à direita) acha apressada para o momento.

Economistas discutem o fim da correção monetária

Economia Brasil

53

— É porque respeito o sofrimento alheio que tenho a coragem de deslocar-me para uma reunião como essa, na minha idade. Quando sofro uma injustiça, eu a respeito. Estou propondo uma medida em face dos problemas, e não nos vamos colocar numa jaula isolada do País — afirmou o ex-ministro Octávio Bulhões, ontem à tarde na Ordem dos Economistas, respondendo ao secretário da Fazenda de São Paulo, João Sayad, que havia feito minutos antes uma severa crítica da posição dos economistas. “Como em 1930 — declarara Sayad — as posições sectárias têm agravado o sofrimento que se vem impondo à sociedade brasileira. Mais do que nunca, os economistas como classe precisam abandonar ou colocar em dúvida os ensinamentos dos clássicos, dos heterodoxos, dos conservadores e dos liberais, porque a experiência tem indicado que, quando essas teorias são levadas à prática sem humildade frente à realidade, sem esses cuidados, esses ensinamentos tem agravado o sofrimento.”

O debate na Ordem reuniu Bulhões, que fez a primeira exposição, João Sayad, Adroaldo Moura da Silva e Robert Eugene Appy, de O Estado de S. Paulo. O tema foi desindexação e sistema financeiro, mas a nota foi o tom crítico e divergente, que afinal cessou com explicações tanto de Sayad quanto de Bulhões. “Não gostaria que tomasse minha posição como crítica à sua opinião. Seria um equívoco de sua parte” — disse o secretário da Fazenda, acrescentando que “o experimento macroeconômico tem sido deletério”. Ao que Bulhões, que permanecera em silêncio até aquele diálogo, retrucou: “Os economistas não são distintos da sociedade, buscam caminhos mais objetivos para resolver essas aflições. Não fui feliz. Sempre que se perde a serenidade, perde-se a razão. Achei muito interessante sua observação sobre as diferenças entre as evoluções de preços, mas para medir a taxa inflacionária, não podemos ver os extremos, mas a média. A correção monetária é efeito e não base da inflação. Mas como realimenta a inflação, para facilitar a eliminação da inflação é preciso acabar com a

correção monetária. Duvido que se consiga recuperar a economia em bases sadias sem risco de retrocesso sem cuidar ao mesmo tempo da inflação. Com crescimento antes da recuperação acabaremos em convulsão social”.

Posições

Ao abrir a reunião, Bulhões reafirmou sua proposta de extinguir a correção monetária, abandonando o gradualismo no combate à inflação. Para extinguir a correção, porém, sem prejudicar assalariados e poupadores, considera necessário eliminar a inflação.

O ex-ministro argumentou que não são os salários os responsáveis pela inflação, citando mostra de empresas estatais que indica estabilidade na participação dos salários nos custos dessas companhias. O problema está nas despesas financeiras, que evoluíram de 3,1% dos custos totais em 1970 para 14% em 1980, 16,9% em 1981, 20,6% em 1982 e devem ter chegado a 30% em 1983. “A Petrobrás pode sair-se do problema com lucro, mas hidrelétricas e siderúrgicas sofrem o peso do endividamento.” E citou mostra de 16 mil empresas brasileiras, entre estatais e privadas, apontando que os custos financeiros em 1981 já haviam superado a soma dos salários e dos lucros.

Além de eliminar a correção, Bulhões defende a contenção do crédito, e condena a excessiva liquidez dos ativos financeiros. Admite que num primeiro momento, dois ou três meses, pode até ocorrer um surto inflacionário, mas a seguir a inflação despencaria. Como contrapartida, sugere estímulos decisivos à capitalização das empresas e participação dos empregados no capital das empresas, inclusive para prevenir os problemas futuros da Previdência Social.

Sistema financeiro

Sayad afirmou que a correção monetária foi solução paliativa, mas permitiu que o setor financeiro prosperasse. Defendeu a tese de que a relação com a inflação é incorreta, devido às altas diversas nos preços, liderados por insumos energéticos e influenciados pela taxa de câmbio e pelos juros. “Indexar a economia pela taxa média nos obriga ao pagamento de juros superior ao possível, porque os pre-

ços não crescem da mesma forma.”

— Não concordo que a indexação é a causa maior da inflação — disse o secretário da Fazenda. É um combustível inflacionário.

As causas da inflação, argumentou, são o achatamento salarial, a elevação dos preços da energia e produtos de exportação, mais juros e a recessão. “Só a retomada do crescimento permitirá que os segmentos da sociedade brasileira sentem-se e discutam democraticamente e civilizadamente como o processo inflacionário pode ser reduzido. Propor agora, nos dois anos mais graves para a economia, a desindexação, parece atribuir à indexação todos os males que vivemos. Trata-se de completo desconhecimento das causas reais do fenômeno brasileiro.” E sugeriu que só se pense em desindexação depois de retomar o crescimento.

— A prudência indica que a idéia de desindexação deve ser postergada para quando a economia estiver livre do desemprego, da fome e das tensões urbanas. Um governo democrático deve combater o desemprego, a fome e a falta de habitação. Só com nível desejado de crescimento haverá espaço para discutir a desindexação sem riscos.

Sayad mostrou-se ainda preocupado com os efeitos de uma desindexação sobre o sistema financeiro, que “correria o risco de completa desestabilização”, seguindo “rapidíssima hiperinflação”.

Armadilha

Adroaldo Moura da Silva, da Fipe-USP, considerou que a indexação está pondo em risco a saúde do setor público e das autoridades monetárias, retirando liberdade das políticas fiscal e monetária.

Para Robert Appy, sem a correção monetária a recessão seria menor. Argumentou, porém, que desindexação não significa taxa cambial fixa, o que seria imprudente num país com baixas reservas cambiais. Manifestou sua crença em que a indexação é possível desde que os títulos indexados não tenham liquidez. “Estou convencido — concluiu — que, mantendo a indexação, nunca vamos acabar com a inflação, nem com a recessão, que depende da recuperação do poder aquisitivo dos assalariados”.